

O LIVRO DIDÁTICO DE ESTUDOS SOCIAIS E A CONCEPÇÃO DE CIDADANIA

Eloisa de Mattos Höfling*

O acesso e permanência na escola pública de boa qualidade é hoje insistentemente colocado como horizonte para todo cidadão brasileiro, como um dos elementos de efetivação do exercício de cidadania. A estas colocações, mais atuais e prementes do que nunca, deve ser sempre incorporada a discussão de como internamente, **dentro da escola**, é trabalhado o preparo para o, e o próprio, exercício da cidadania. Ou seja, a escola, em termos de direito civil acessível a todo cidadão, tem que ser colocada como objetivo e instrumento no processo de participação do sujeito na sociedade, isto é, no processo de conquista de sua real cidadania.

Num momento em que se faz fundamental reivindicar insistentemente condições para o exercício pleno da cidadania para todos, numa sociedade tão desigual como a brasileira, que vive um processo de alteração de suas leis maiores, consideramos importante ter sempre presente o que seria conceitualmente essa cidadania, sob pena de encamparmos uma bandeira cujo rótulo vai se esvaziando e perdendo de vista seu conteúdo e até mesmo seus limites.

Consideramos importante lembrar as raízes do conceito que se defende hoje para cidadania, e como esta concepção aparece na escola e nos livros didáticos de Estudos Sociais, que é o nosso objeto neste artigo.¹

* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

1 Este trabalho desenvolvido em maior amplitude por nós se encontra detalhado em HÖFLING, E. M. **O livro didático em estudos sociais**. Campinas, UNICAMP, 1986.

Autores considerados clássicos no tratamento de cidadania e participação, como Marshall e Pizzorno, foram a fonte para estas colocações.²

Historicamente, o conceito de cidadania pode ser desmembrado em três aspectos: elemento civil, elemento político e elemento social. É possível localizar o aparecimento e a formação de cada elemento em diferentes épocas, certamente sem rigidez cronológica - mesmo porque em muitas situações históricas eles estão juntos, amalgamados.

Os direitos civis, que correspondem aos direitos necessários à liberdade individual - liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento e fé, de direito à propriedade, à justiça, etc. - formaram-se fundamentalmente no século XVIII. Os direitos políticos - participação no exercício do poder político como membro, representante ou representado, de um órgão político; direito de votar e ser votado, etc. -, no século XIX. E o mais recente deles, os direitos sociais, que implicam todos os direitos relacionados a um mínimo de bem-estar social do indivíduo na sociedade, surgiram com força no século XX.

Aos diferentes elementos da cidadania estão estreitamente ligados determinadas instituições sociais, basicamente. Assim, aos direitos civis, os tribunais de justiça; aos direitos políticos, partidos e entidades políticas; aos direitos sociais, o sistema educacional e os serviços sociais.

Independentemente da conceituação de cidadania desenvolvida por diferentes autores, em suas raízes liberais, dois pontos podem ser indicados como consensuais: cidadania corresponde a direito - e dever - à participação; e cidadania diz respeito a um sistema de igualdade. Ou seja, quando se fala em cidadania, trata-se, em última análise, da natureza da

2 MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967; PIZZORNO, A. **Participación y cambio social en la problemática contemporánea**. Buenos Aires, Ed. Siap, 1975.

participação que o indivíduo tem na sociedade em que vive. E esta participação, mesmo que teoricamente apenas, é possível em bases iguais para todos os cidadãos.

Assim, Marshall, sistematicamente citado em trabalhos atuais sobre cidadania, admite que existe uma "igualdade humana básica", associada à participação integral na comunidade, alcançada através da cidadania, que existiria mesmo numa sociedade com uma desigualdade inerente, como a sociedade de classes. As desigualdades podem ter o aval de "legitimidade em termos de cidadania democrática, desde que não sejam muito profundas, mas ocorram numa população unida numa civilização única; e desde que não sejam uma expressão de privilégio hereditário."³ A cidadania carrega consigo uma "igualdade inerente" que estaria acima das desigualdades provenientes da situação econômica, e que aproximaria os "homens livres" ligados por um patrimônio comum - a civilização - e protegidos por uma lei comum.

O fato de pessoas diferentes receberem salários diferentes não deve interferir no direito que todos têm de desfrutar as vantagens oferecidas por um sistema social. Esta coexistência de desigualdades de renda e igualdade de participação é tão possível para Marshall que o autor faz colocações como esta: "(...; se o gerente pode ter um dia livre para assistir a um jogo de futebol, por que não o trabalhador? O gozo comum é um direito comum".⁴

Tal condição de igualdade, associada à concepção de cidadania, é relativizada por Pizzorno, que considera possível a configuração de "áreas de igualdade" no interior de um grupo solidário em torno de interesses comuns, o que possibilita uma ampla participação dos elementos do grupo. Para o autor, "só se participa quando se está entre iguais".⁵

São colocações que diferem das de Marshall. A igualdade como condição de participação na sociedade está presente nos dois autores, mas en-

3 MARSHALL, T. H. Op. cit, p.108.

4 MARSHALL, T. H. Idem, ibidem, p.112

5 PIZZORNO, A. Op. cit, p.47.

quanto Marshall admite a existência ampla desta igualdade entre todos os cidadãos que gozam do *status* de pertencer a uma mesma comunidade, independentemente de sua posição social, para Pizzorno a igualdade aparece nos "sistemas de solidariedade"⁶, em situações criadas em torno de um objetivo comum, onde as desigualdades deixam de aparecer, pelo menos circunstancialmente.

Na perspectiva de Pizzorno, o fato de mais cidadãos terem direito à participação amplia o espectro das desigualdades, à medida que cada um participa livremente com suas características individuais, ou seja, com suas propriedades, sua renda, com seu prestígio, enfim, com a cota de poder que sua posição social lhe confere.

A análise da participação política, entendida amplamente como uma das "pertinências civis" que podem ter os indivíduos que participam da sociedade, desenvolvida por Pizzorno⁷, permite-nos concluir que, quanto mais elevada a posição social de uma pessoa, melhores possibilidades ela terá de participação em diferentes níveis e circunstâncias, estando presente em diferentes atividades.

O poder de influência que uma atividade possibilita a um indivíduo se reflete automaticamente sobre outras que ele desempenha. Por esta situação favorecida, o indivíduo terá maior "capacidade" e maior interesse em participar politicamente - participação esta sempre entendida amplamente - usufruindo das facilidades de contato que tem em diferentes esferas.

6 Sobre "sistema de interesse", "sistema de solidariedade" e possibilidades de participação no interior deles, ver PIZZORNO, A. Op. cit, p.35-38.

7 Pizzorno explica a participação política por dois modelos básicos: o "modelo de consciência de classe" e o "modelo da centralidade". Pensando em termos de participação numa sociedade de classes, através de canais considerados "normais" e "legais" - que normalmente não levam a movimentos coletivos de confrontação com o sistema - o "modelo de centralidade" é o instrumental mais adequado. É o contexto no qual nos localizamos neste artigo, tratando de sistema educacional e livro didático. O "modelo de centralidade" tem como elemento básico a posição social do indivíduo que é medida através da correlação de diferentes fatores como renda, profissão, instrução, nível de posição social e a posição do indivíduo em relação ao "centro" do grupo - mais próximo ou mais distante - o que determinaria suas possibilidades de participação neste grupo.

As análises sobre cidadania e participação desenvolvidas por Marshall e Pizzorno nos parecem insatisfatórias quanto à possibilidade real de participação que pode ter o indivíduo no seio de uma sociedade de classes.

Em uma sociedade capitalista as decisões são centralizadas no âmbito das classes e grupos dominantes. Estes exercem um grau decisivo de poder e de controle sobre os meios de decisão política, tanto fora como no interior do Estado. Atuam fora e sobre o Estado através de pressões que fazem às empresas e organizações políticas, sociais e culturais criadas e mantidas por estes grupos. E atuam no interior do Estado através da representação direta nas cúpulas políticas, administrativas, etc. Vale lembrar o papel e a força do *lobby* privatista em relação à educação na Assembléia Constituinte hoje.

Os indivíduos com melhores posições na hierarquia vertical da divisão do trabalho - e do capital - são também os melhores colocados na hierarquia das tomadas de decisão. São aliados do processo - a não ser quando criam mecanismos próprios de pressão - os indivíduos que não se incluem nas posições privilegiadas da estrutura social, e que representam a maioria de seus membros.

Nestes termos, consideramos altamente questionável a colocação de que os direitos de cidadania podem ser exercidos igualmente por todos aqueles que fazem parte de uma mesma sociedade, especialmente de uma sociedade de classes como a brasileira, incontestavelmente desigual.

O que pretendemos ressaltar com esta "retomada conceitual" são os limites que a própria conceituação - historicamente desenvolvida - de cidadania coloca, em suas raízes liberais. Logicamente reconhecemos as possibilidades e a importância do exercício efetivo da cidadania na direção da transformação das condições sociais consideradas injustas. Mais que isso, consideramos a conquista desta cidadania plena uma tarefa fundamental para todos nós, hoje, em todas as instâncias. Ainda assim, insistimos nos limites que a própria concepção de cidadania defendida na atualidade carrega historicamente, quanto à perspectivas de alteração de um sistema de classes.

ü que se coloca na discussão que nos propusemos a desenvolver neste artigo é que nem mesmo "esta" cidadania a escola atualmente consegue

desenvolver e estimular.

Presente no objetivo geral do ensino de primeiro e segundo graus, expresso na Lei nº 5.692, de 1971, o "preparo para o exercício consciente da cidadania" é considerado como um dos objetivos primeiros a ser alcançado por Estudos Sociais, desde sua origem. E conhecer como este objetivo é desenvolvido, em Estudos Sociais, foi o elemento disparador de nossas reflexões.

Focalizando nossa análise em livros didáticos de Estudos Sociais de primeira a quarta série do primeiro grau, percebemos a presença marcante, com exceções, de uma "não-orientação" para o exercício da cidadania, em outros termos, de uma não-orientação para a participação real na sociedade em que vive o aluno.

Se considerarmos que as diretrizes oficiais para a educação se refletem nos conteúdos veiculados pelos livros didáticos de maneira geral; se considerarmos que o livro didático, pela amplitude de sua utilização em sala de aula, indica o conteúdo que é desenvolvido na disciplina, detectando a natureza da cidadania que é estimulada junto ao aluno-leitor, estamos detectando também as contribuições dadas pelos Estudos Sociais e pela escola para a preparação do indivíduo para o "exercício consciente da cidadania".

Uma das maneiras eficazes de **não** contribuir para o preparo do cidadão é lesar o aluno de um conhecimento o mais real possível da sociedade em que ele vive, da história desta sociedade, do processo de formação e transformação dela, etc. - condições essenciais para uma atuação efetiva do indivíduo, em termos sociais e coletivos, e condições que a escola brasileira hoje está longe de desenvolver.

A não-participação, ou mais grave, a "pseudo-participação", é sugerida por diferentes caminhos. Seja pela análise idealista, estática e fragmentada que os autores fazem da realidade social - e que é, em última análise, o próprio conteúdo de Estudos Sociais; seja pela visão do mundo - parcial - dos autores, que é passada como normatizadora da realidade; seja pela ausência de questionamentos sobre situações que o aluno pode vi-

venciar diretamente (escola, família, trabalho, etc); seja pela não valorização da opinião do aluno; seja pela proposição de atividades castradoras do desenvolvimento de habilidades intelectualmente significativas para o aluno, etc.

Assim, as relações sociais mais profundas são omitidas para se tratar as pessoas como indivíduos em si, não colocados concretamente na estrutura social onde ocupam diferentes posições, as quais determinam a natureza das relações estabelecidas. Esta concepção torna possível que as relações entre o branco e o negro no Brasil Colônia, por exemplo, sejam mostradas isentas de contradições: era um relacionamento até equilibrado, entre pessoas diferentes, e não entre um grupo na posição de colonizador e o outro na de colonizado, posições que inevitavelmente tornam ilusório o equilíbrio nas relações entre os dois grupos.

A forma idealizada de mostrar a realidade aparece constantemente nos livros. Assim, é comum a presença de estereótipos bem conhecidos, como o homem do campo, apresentado como o homem puro, simples, sem ambições, que recebe de volta tudo o que dispendeu na "terra abençoada"; ou o índio, como aquele personagem de procedimentos rudimentares e primitivos não afeito às exigências do trabalho e nem às tarefas sistemáticas; ou o brasileiro, como o homem sempre bem humorado, criativo, mais improvisador e menos "rigoroso" em suas atitudes.

Na mesma perspectiva, desvinculadas do movimento da sociedade, as transformações sociais aparecem como resultado da interferência de grandes personagens da nossa história; estes carregam, em si mesmos, a possibilidade de transformações sociais, estando sistematicamente ausente deste processo o "cidadão comum", o que não é personagem ilustre.

Via de regra, a participação nos movimentos sociais é analisada e avaliada a partir de resultados mensuráveis e observáveis que tenham alcançado estes movimentos, esvaziando-se toda a ação de denúncia, de difusão de posições diferentes, de possibilidade de movimentação de setores da sociedade, que inevitavelmente ocorrem no seio de um movimento social, independentemente do "resultado final" que possa apresentar.

Além disso, vem normalmente acompanhada de uma conotação negativa por causa do desarrajo e desarmonia que provocam na estrutura social.

Os padrões de comportamento valorizados são os desenvolvidos e reforçados entre as classes privilegiadas, enfatizando-se a harmonia entre as relações sociais. Há um modelo implícito de família onde o pai geralmente tem uma profissão liberal; a mãe não trabalha fora de casa e cuida dos filhos e das atividades domésticas o dia todo, com muita paciência e dedicação; os filhos ou fazem a "lição de casa" ou brincam, obedecendo as ordens emitidas pelos pais. O trabalho não aparece na vida da criança, o que contradiz a realidade de grande parte das crianças brasileiras em idade escolar.

Em termos gerais, a sociedade brasileira aparece como harmônica e homogênea, onde existe igualdade de participação, onde os brasileiros têm comportamentos, sentimentos, expectativas de vida padronizados, independentemente de sua situação de classe e até mesmo da região do Brasil onde vivem.

E ainda, a participação do aluno é desencorajada até mesmo pelas questões metodológicas das atividades que os livros apresentam, tal como a ênfase na solicitação de respostas que se resumem a repetir palavras que já estão no texto, assinalar alternativas corretas, relacionar colunas diferentes, fazer palavras cruzadas, e pouco mais que isso. São atividades que não solicitam do aluno a elaboração de respostas, interpretações, soluções, relacionamento entre informações, em suma, não solicitam do aluno um posicionamento em relação às questões abordadas.

Em nossa interpretação, os livros didáticos de Estudos Sociais, em sua maioria, contribuem pouco ou nada em relação ao preparo para o exercício da cidadania, numa disciplina onde a tônica deveria ser nessa direção, deveria ser a discussão, interpretação e possível interferência dos alunos (ou pelo menos disponibilidade para tal) nos rumos da sociedade em que vivem, objetivando situações sociais mais justas e condições de vida mais igualitárias, condições mínimas para a conquista e o aperfeiçoamento do exercício pleno da cidadania na sociedade brasileira.